



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 152ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** Rua Esteves Júnior, 160, 8º andar. CEP. 88015-130, Centro, Florianópolis/SC.

**DATA:** 20 de agosto de 2010

**HORÁRIO:** 14h

**Presentes à Reunião**

**Secretaria de Estado da Saúde:**

Roberto Hess de Souza; Maria Teresa Locks; Andréa Borb; Luis Antonio Silva; Winston Luiz Zomkowski; Isabel Berretta; Maria Arlene Pagani e Maria Lúcia Mattos Gomes.

**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:**

Celso Luiz Dellagiustina (Bombinhas); Tarcísio Crócomo (Joinville); Roberto Ruiz (Itapema); Juliano Polese (Lages); Elói Trevisan (Campo Erê); Marcelo Lanzarin (Blumenau); Sonia Bodanese (Vargeão); Clécio Antônio Espesim (Florianópolis, representando o Secretário Municipal de Saúde João José Cândido).

**Desenvolvimento dos trabalhos**

A 152ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14 horas, com a presença dos membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/SES Roberto Hess de Souza.

**APROVAÇÃO DA ATA**

A Ata CIB 151ª foi aprovada com dispensa da leitura, considerando que a mesma havia sido enviada aos membros da CIB com antecedência.

- 1 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**
- 2 Ofício 481/2010 da Secretaria Municipal de Joinville sobre a inclusão de ações no Plano
- 3 Municipal de Saúde, Portaria 1964 de 23 de julho de 2010 sobre o planejamento do SUS;
- 4 Justificativa de ausência na reunião da CIB, da Secretária Municipal de Saúde de Canoinhas
- 5 Telma Bley;
- 6 Justificativa de ausência na reunião da CIB, do Secretário Municipal de Saúde de Luzerna
- 7 Orlando Fávero;
- 8 Justificativa de ausência na reunião da CIB, da Diretora de Vigilância Sanitária da SES Raquel
- 9 Bittencourt;
- 10 Justificativa de ausência na reunião da CIB da Secretária Municipal de Saúde de Pomerode
- 11 Maria Regina Souza;
- 12 Recebimento de inclusão do Projeto Participasus de Pinhalzinho, Portaria 3251/2009.
- 13
- 14 **DELIBERAÇÕES**
- 15
- 16 **TERMOS DE COMPROMISSO DA GESTÃO MUNICIPAL**



17 A CIB **APROVOU** a adesão dos municípios listados a seguir, ao pacto de gestão: José  
18 Boiteux, Guarujá do Sul, Pouso Redondo, Chapadão do Lageado, Passo de Torres, São José do  
19 Cedro, Timbé do Sul, Zortéa. O Coordenador da CIB/Cosems Celso Dellagiustina menciona o  
20 e-mail recebido do Ministério da Saúde, parabenizando a SES, Cosems e principalmente a  
21 CIB, pela alta adesão dos municípios de SC ao pacto de gestão, que no Ministério da Saúde  
22 estava com 91%. Com a adesão dos municípios da reunião de hoje, faltarão apenas 20  
23 municípios para SC completar os 100%. O Coordenador da CIB/SES Roberto Hess de Souza  
24 refere que lá em Fraiburgo, colocou como uma prioridade da CIB, a busca dos municípios  
25 faltantes e que, por parte da SES farão ainda todo o possível para que já na próxima CIB, SC  
26 atinja os 100%.

27

#### 28 **FINANCIAMENTO FEDERAL: PORTARIAS 2198 E 2226/2009**

29 A CIB **APROVOU** as solicitações de financiamento das Portarias 2198/2009 de (Brusque,  
30 Flor do Sertão, Otacílio Costa, Gravatal, Vitor Meireles, Quilombo, Zortéa, Monte Castelo,  
31 Laurentino, Romelândia) e Portaria 2226/2009 (Urubici).

32

#### 33 **COMITÊ ESTADUAL DO TELESSAÚDE**

34 A CIB **APROVOU** a constituição do Comitê Estadual de Coordenação do Telessaúde Brasil,  
35 previsto no Art. 7º da Portaria nº 402 de 24 de fevereiro de 2010, que institui o Programa  
36 Nacional de Telessaúde. De acordo com o Art. 7º da Portaria nº 402 de 24 de fevereiro de  
37 2010, constituirão esse Comitê: 1 representante da Secretaria de Estado da Saúde,  
38 preferencialmente a Coordenação Estadual de Atenção Básica; 1 representante da  
39 Coordenação Estadual de Telemedicina; O Coordenador da Comissão de Integração Ensino  
40 Serviço – CIES; 2 representantes do Conselho de Secretários Municipais de Saúde –  
41 COSEMS, sendo um deles, Coordenador da Estratégia de Saúde da Família no âmbito  
42 municipal; O Coordenador do Núcleo Universitário de Telessaúde, vinculado à universidade  
43 sede do Núcleo; O Diretor da Escola Técnica do SUS (ET SUS) do Estado ou de uma das  
44 Escolas Técnicas do SUS e 1 representante do Centro de Ciências da Saúde da UFSC.

45

#### 46 **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS – PORTARIA 1007 DE 04 DE MAIO DE 2010**

47 A CIB **APROVOU** a relação dos municípios que foram selecionados, de acordo com os  
48 critérios aprovados em CIB e dos critérios da Portaria 1007 de 04/05/2010, que regulamenta a  
49 incorporação do Agente de Combate às Endemias – ACE, ou dos agentes que desempenham  
50 essas atividades, mas com outras denominações, na atenção básica à saúde, para fortalecer as  
51 ações de vigilância em saúde junto às Equipes de Saúde da Família. A relação dos municípios  
52 selecionados está disponível à mesa e será anexada a esta Deliberação. O Coordenador da  
53 CIB/Cosems Celso Dellagiustina cita que Laguna encaminhou uma solicitação para inclusão  
54 no projeto de agente de combate às endemias. Cita que aquele Município não entrou nos  
55 critérios de elegibilidade da CIB, mas cumpriu os critérios da Portaria Nacional. Cita que há  
56 uma sobra de recursos de SC para esse projeto, considerando que alguns municípios tiveram  
57 seus projetos não selecionados dentro dos critérios. Solicita que a Diretoria de Vigilância  
58 Epidemiológica da SES avalie o projeto de Laguna no sentido de incluí-lo na relação dos  
59 municípios contemplados. O Coordenador da CIB/SES Roberto Hess de Souza coloca que a  
60 solicitação está registrada. O Diretor da Vigilância Epidemiológica da SES Luis Antonio Silva  
61 afirma que havia dois municípios que estavam dentro dos critérios, mas não se  
62 comprometeram em implantar em todas as Equipes de Saúde da Família, ficando de fora do  
63 processo. Que ficou um saldo de recursos e que o processo ainda vai continuar até completar o



64 recurso destinado ao Estado de SC. Cita que o Município de Laguna pode ser contemplado,  
65 sendo que o critério não atendido foi o critério populacional estabelecido pela CIB e não pela  
66 Portaria 1007. E encaminha pela inclusão de Laguna, sendo aprovada a sua inclusão pelos  
67 coordenadores da CIB e pelo Plenário, aprovando também a ampliação do corte de inclusão,  
68 para 52.000 habitantes. O Diretor da Vigilância Epidemiológica da SES lembra aos gestores  
69 contemplados, que serão realizadas reuniões de trabalho específicas para a condução do  
70 processo de trabalho e também capacitação para esses agentes.

71

#### 72 **HABILITAÇÃO DO HOSPITAL MARIETA KONDER BORNHAUSEN EM ELETROFISIOLOGIA**

73 Considerando a Deliberação 012/CIB/05, que em sua reunião extraordinária do dia 08 de abril  
74 de 2005 aprovou o Plano para a Organização da Rede Estadual de Atenção em Alta  
75 Complexidade Cardiovascular em Santa Catarina; Considerando que o Hospital e Maternidade  
76 Marieta Konder Bornhausen é habilitado em alta complexidade cardiovascular para realizar os  
77 procedimentos referentes aos serviços de cirurgia cardiovascular, cardiologia intervencionista  
78 e cirurgia vascular, a **CIB APROVOU** a alteração do Plano para a Organização da Rede  
79 Estadual de Atenção em Alta Complexidade Cardiovascular em Santa Catarina para a  
80 habilitação do Hospital Marieta Konder Bornhausen de Itajaí em Laboratório de  
81 Eletrofisiologia.

82

#### 83 **HABILITAÇÃO DO HOSPITAL INFANTIL DE JOINVILLE EM TRAUMATO ORTOPEDIA**

84 Considerando a Deliberação 075/CIB/05, que em sua reunião extraordinária do dia 16 de  
85 dezembro de 2005 aprovou o Plano para a Organização da Rede Estadual de Atenção em Alta  
86 Complexidade em Traumatologia em Santa Catarina, a **CIB APROVOU** a inclusão do  
87 Hospital Materno Infantil Jessor Amarante Faria na Rede Estadual de Alta Complexidade em  
88 Traumatologia. O Coordenador da CIB/Cosems Celso Dellagiustina lembra que o termo  
89 de garantia de acesso deve estar fundamentado na Portaria nº 90/MS no que se refere aos  
90 atendimentos, inclusive na média complexidade.

91

#### 92 **HABILITAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI, EM SERVIÇO DE ATENÇÃO 93 À SAÚDE AUDITIVA, NA ALTA COMPLEXIDADE**

94 Considerando a Deliberação 008/CIB/05, que em sua reunião ordinária do dia 22 de março de  
95 2005 aprovou o Plano para a Organização da Rede de Assistência à Pessoa Portadora de  
96 Deficiência Auditiva em Santa Catarina; Considerando que a Fundação Universidade do Vale  
97 do Itajaí – Instituto de Fonoaudiologia da Univali é habilitado como Serviço de Atenção à  
98 Saúde Auditiva na Média Complexidade, de acordo com esse Plano, a **CIB APROVOU** a  
99 alteração do Plano para a Organização da Rede de Assistência à Pessoa Portadora de  
100 Deficiência Auditiva em SC, para a habilitação da Fundação Universidade do Vale do Itajaí,  
101 Instituto de Fonoaudiologia da Univali, como Serviço de Atenção à Saúde Auditiva na Alta  
102 Complexidade. O Secretário Municipal de Saúde de Joinville Tarcísio Crócomo faz algumas  
103 colocações com referência a uma pactuação com a SES: – que já colocou na Câmara Técnica,  
104 que Joinville nessa distribuição per capita, perde recursos e tem mantido uma produção; que  
105 ficou estabelecido incluir nessa discussão os fissurados, que Joinville é referência no Estado e  
106 não possui recurso específico para isso; que se faça uma avaliação da produção  
107 trimestralmente para que Joinville possa ser ressarcido e que sejam levantados também dados  
108 epidemiológicos em Joinville. Esclarece que o envio da produção a cada trimestre para  
109 avaliação, em princípio, porque Joinville ficou prejudicado na questão do per capita, embora  
110 considere o método mais justo. O Coordenador da CIB/SES Roberto Hess de Souza solicita



111 que Andréa Borb também se manifeste a respeito das questões técnicas e das discussões da  
112 Câmara Técnica. O Secretário Municipal de Saúde de Campo Erê Elói Trevisan refere que há  
113 uma informação que os serviços serão auditados e gostaria de saber qual a população  
114 efetivamente está sendo atendida nos serviços de referência, porque parece que os municípios  
115 sede estão tendo um atendimento preferencial. A Gerente de Controle e Avaliação da SES  
116 Andréa Borb coloca que na Câmara Técnica foi discutida a saúde auditiva, mas somente em  
117 relação à distribuição dos recursos; a redistribuição per capita. Que vários serviços estão sendo  
118 auditados e que há necessidade de se discutir sobre perdas, atendimentos nos municípios sede  
119 e outros. Que o tema está em estudo e será levado à próxima Câmara Técnica, para  
120 rediscussão.

121

#### 122 **PONTOS DE ATENÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DAS** 123 **MACRORREGIÕES NORDESTE E PLANALTO NORTE**

124 Considerando a Deliberação 314 de 08 de junho de 2010 que aprovou as normas gerais de  
125 implantação do Incentivo Financeiro e a Tipologia dos Pontos de Atenção para a Rede de  
126 Atenção às Urgências e Emergências das Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte do Estado  
127 de Santa Catarina; Considerando que os Pontos de Atenção que comporão a Rede de Atenção  
128 às Urgências e Emergências das Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte do Estado de Santa  
129 Catarina foram aprovados nos Colegiados de Gestão Regional Nordeste e Planalto Norte, a  
130 **CIB APROVOU** as Unidades Prestadoras de Serviço que comporão os Pontos de Atenção da  
131 Rede de Atenção às Urgências e Emergências das Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte do  
132 Estado de Santa Catarina. As Unidades Prestadoras estão disponíveis à mesa e serão incluídas  
133 nesta Deliberação.

134

#### 135 **PPI DA ASSISTÊNCIA 2010**

136 O Coordenador da CIB/SES Roberto Hess de Souza, considerando que houve  
137 questionamentos sobre a PPI Hospitalar, tomou-se a decisão de levar tanto a PPI Hospitalar  
138 como a Ambulatorial aos Colegiados de Gestão Regional para que sejam rediscutidas. Coloca  
139 que essa é a posição do Estado, ficando para serem pactuadas e deliberadas na próxima  
140 reunião da CIB de uma forma mais tranqüila, que não traga prejuízos para os municípios, nem  
141 para o Estado. O Coordenador da CIB/Cosems Celso Dellagiustina coloca que a PPI  
142 Hospitalar seria uma unanimidade sobre o encaminhamento para discussão nos Colegiados de  
143 Gestão Regional. Mas em relação à PPI Ambulatorial, que o único ponto polêmico seria o  
144 CAPS. A Gerente de Controle e Avaliação da SES Andréa Borb esclarece que a pactuação  
145 será em conjunto, considerando os recursos do bloco da assistência, embora, tecnicamente já  
146 se vai trabalhando com os problemas já conhecidos. Houve consenso por parte do Estado e do  
147 Cosems de que o tema seja encaminhado para os Colegiados de Gestão Regional para as  
148 discussões. O tema havia sido discutido na Câmara Técnica de Gestão e Comissão de Estudos  
149 Hospitalares, que trabalharam em conjunto na atualização das PPI.

150

#### 151 **ALTERAÇÕES DA PPI**

152 A CIB **APROVOU** as solicitações dos gestores, para alterar o fluxo de atendimento da PPI da  
153 assistência, de seus municípios, com validade para a competência setembro/2010. As  
154 alterações solicitadas estão disponíveis à mesa e serão incluídas nesta Deliberação. A Gerente  
155 de Controle e Avaliação da SES Andréa Borb solicita a inclusão de alguns municípios que não  
156 estão relacionados na proposta disponível à mesa, considerando que a PPI da Assistência  
157 2010, não foi pactuada nesta reunião.



158

## 159 **HOMOLOGAÇÃO**

160

### 161 **A) DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM**

162 A CIB **HOMOLOGOU** as Deliberações ad referendum: CIB 325/2010 – Aprova a solicitação  
163 de convênio federal, proveniente de emenda parlamentar para o Município de Campo Alegre;  
164 326/2010 – Aprova a solicitação de financiamento federal, Portaria 2198/2009 para o  
165 Município de Rio do Campo; 327/2010 – Aprova a solicitação de financiamento federal,  
166 Portaria 2226/2009 para o Município de São Miguel do Oeste; 328/2010 – Aprova a  
167 solicitação de financiamento federal, Portaria 2198/2009 para o Município de São Miguel do  
168 Oeste; 329/2010 – Aprova a solicitação de financiamento federal, Portaria 2198/2009 e  
169 2226/2009 para o Município de Descanso; 330/2010 – Aprova a liberação da segunda etapa  
170 dos recursos do financiamento da Portaria 2226/2009, mediante apresentação da ordem de  
171 serviço de Cunha Porá; 331/2010 – Aprova a desistência da implantação do SAMU em Treze  
172 Tílias e o remanejamento da USB para Águas Mornas; 332/2010 – Aprova a solicitação de  
173 financiamento federal, Portaria 2198/2009 para o Município de Vargeão; 333/2010 – Aprova a  
174 solicitação de financiamento federal, Portaria 2198/2009 e 226/2009 para o Município de  
175 Antonio Carlos; 334/2010 – Aprova a liberação da segunda etapa dos recursos do  
176 financiamento da Portaria 2226/2009, mediante apresentação da ordem de serviço de São João  
177 Batista; 335/2010 – Ratifica a Ordem de Serviço para construção de UPA Continente de  
178 Florianópolis; 336/2010 – Aprova solicitação de recursos ao Fundo Estadual, Portaria  
179 2198/2009, para materiais e equipamentos, para os hospitais próprios da SES; 337/2010 –  
180 Aprova solicitação de recursos ao Fundo Estadual, Portaria 2198/2009, para ampliação do  
181 parque tecnológico da SES; 338/2010 – Ratifica a ordem de serviço de Porto Belo, referente  
182 Portaria 2226/2009; 339/2010 – DOSAGEM DE 25-HIDROXIVITAMINA D Aprova a  
183 transferência do recurso da Portaria SAS/MS 309 de 01/07/10, que inclui o novo procedimento  
184 Dosagem de 25-Hidroxivitamina D na tabela SUS, até que a PPI seja aprovada; 340/2010 –  
185 Ratifica a Ordem de Serviço para construção da UPA de Palhoça; 341/2010 – Ratifica a ordem  
186 de serviço de Forquilha, referente Portaria 2226/2009; 342/2010 – Aprova a solicitação de  
187 financiamento federal, Portaria 2198/2009 e 226/2009 para o Município de Marema; 343/2010  
188 – Aprova a solicitação de financiamento federal, Portaria 2226/2009 para o Município de  
189 Itaiópolis; 344/2010 – Ratifica a ordem de serviço de Itaiópolis, referente Portaria 2226/2009;  
190 345/2010 – Ratifica a ordem de serviço de Presidente Getúlio, referente Portaria 2226/2009;  
191 346/2010 – Ratifica a Ordem de Serviço para construção da UPA de Araranguá; 447/2010 –  
192 Aprova a desistência da implantação do SAMU em Araquari e o remanejamento da USB para  
193 Itapema; 348/2010 – Ratifica a ordem de serviço de Ibirama, Portaria 2226/2009.

194

### 195 **B) PLANO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE – PAREPS DO CGR EXTREMO OESTE 03**

196 A CIB **HOMOLOGOU** o Plano Regional de Educação Permanente em Saúde – PAREPS do  
197 Colegiado de Gestão do Extremo Oeste 03 – Xanxerê. De acordo com a Política Nacional de  
198 Educação Permanente – Portaria GM/MS 1996 de 20 de agosto de 2007, Art. 11, Inciso IV –  
199 é competência da CIB, a homologação dos Planos Regionais de Educação Permanente em  
200 Saúde.

201

## 202 **INFORMES**

203

## 204 **RELATÓRIO DE AUDITORIA DE MAIO E JUNHO DE 2010**



205 A Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação/Gerência de Auditoria da SES Maria  
206 Teresa Locks enviou o relatório de auditoria, disponibilizado à mesa, referente ao mês de julho  
207 de 2010.

208

#### 209 **PAVS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**

210 O Coordenador da CIB/Cosems, com relação aos PAVS, menciona que efetivamente os  
211 municípios possam estar falhando; que inúmeros municípios com recursos parados na conta da  
212 vigilância durante 06 meses teriam que apresentar um plano de aplicação, aprovados na CIB  
213 para serem enviados à CIT e, que em certo momento, esgotado o prazo, Cosems e SES/Diretor  
214 da Vigilância Epidemiológica fizeram uma Deliberação e encaminharam à CIT, mesmo com  
215 vários municípios faltantes. Da mesma forma, muitos municípios não enviaram o PAVS. O  
216 Diretor da Vigilância Epidemiológica da SES Luis Antonio Silva cita, com referência ao  
217 PAVS, que a grande maioria já enviou. Que essas ações devem estar contempladas no Plano  
218 Municipal de Saúde. O PAVS é um instrumento estratégico de programação, com etapas de  
219 processos de trabalho. O Coordenador da CIB/Cosems solicita aos apoiadores do Cosems que  
220 vejam os municípios que ainda não enviaram o PAVS à SES.

221

#### 222 **TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO ESTADUAL: REVISÃO**

223 A Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação da SES Maria Teresa Locks informa que o  
224 termo de compromisso da gesta estadual foi revisado e será submetido à aprovação do  
225 Conselho Estadual de Saúde.

226

#### 227 **REGISTRO DOS RESULTADOS NO SISPACTO DE 2009**

228 A Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação da SES Maria Teresa Locks informa que a  
229 plataforma do Sispacto está aberta para avaliação das metas de 2009 e que o prazo se expira  
230 em 31 de agosto de 2010. Informa ainda que a plataforma está disponível na página e nos  
231 cadernos de informação. Que já solicitou a divulgação desse assunto às Gerências Regionais  
232 de Saúde, mas solicita também ao Cosems, divulgação junto aos municípios, através de seus  
233 apoiadores.

234

#### 235 **TESTE DA ORELHINHA**

236 O Coordenador da CIB/Cosems Celso Dellagiustina cita que o teste da orelhinha está previsto  
237 para ser realizado ambulatorialmente com um valor de R\$ 13,00 cada, para prestador próprio  
238 ou contratado. Anteriormente eram realizados nos Centros Auditivos ou Centros de  
239 Referência. Agora eles passam a obrigatoriedade da realização desse exame nos hospitais. E  
240 não há previsão de como efetuar o pagamento nos hospitais. A Gerente de controle e  
241 Avaliação da SES Andréa Borb coloca que o tema foi discutido na Câmara Técnica. Esclarece  
242 que na AIH o teste entra como procedimento especial, mas está zerado. Pode ser apresentado  
243 na AIH, mas não tem valor. Na lei, há referência pela regulamentação. O Coordenador da  
244 CIB/Cosems Celso Dellagiustina coloca então que há necessidade de regulamentação para a  
245 realização e pagamento dos procedimentos e que a discussão seja levada à Brasília. O  
246 Coordenador da CIB/SES Roberto Hess de Souza, aproveitando a presença da Coordenadora  
247 do Núcleo de Representação do Ministério da Saúde em SC, Elisa Nogueira, solicita que seja  
248 levada à Brasília, essa discussão. Novas leis são aprovadas e acabam trazendo despesas para  
249 os municípios. Essas novas leis deveriam ser discutidas nas câmaras técnicas previamente.

250

#### 251 **CIRURGIAS ELETIVAS DA ORTOPEDIA**



252 A Gerente de controle e Avaliação da SES Andréa Borb informa que na oficina sobre cirurgias  
253 eletivas, foram solicitadas as listas de espera; que o prazo expirou na semana passada. Foram  
254 divididas as 3.000 cirurgias. Que a maioria dos pacientes consultados na fila das cirurgias  
255 eletivas, saem sem prescrição médica, sem indicação cirúrgica. Que se deve ter uma  
256 normativa, exigindo o laudo na consulta. Outra questão, referem-se às listas que estão nos  
257 hospitais próprios, que ainda não foram enviadas. O Coordenador da CIB/SES Roberto Hess  
258 de Souza afirma que os hospitais próprios enviarão essas listas. O Coordenador da  
259 CIB/Cosems Celso Dellagiustina cita que já era esperado que os hospitais da capital não  
260 enviassem as listas porque as agendas estão nas mãos dos profissionais. Abre-se uma agenda  
261 de um cirurgião de ortopedia pediátrica, que deveria estar realizando cirurgias de alta  
262 complexidade aqui em Florianópolis, constata-se que ele está realizando outras cirurgias. A  
263 fila vai aumentando, mas não só nas eletivas. Nas emergências, colocam imobilização e o  
264 paciente vai para a fila de espera de cirurgias. Na ortopedia, as listas de espera vêm com o  
265 nome do paciente e o procedimento; que na maioria são ombro e joelho. E nenhum dos  
266 pacientes se apresentou sem ter pelo menos uma ultrassonografia e uma ressonância. Cita que  
267 os pacientes da ortopedia são diferentes de outros pacientes de multirão de cirurgias eletivas,  
268 pois na maioria dos casos, necessitam de acompanhamento e de outros tratamentos,  
269 dependendo do estágio. Que o serviço de ortopedia do SUS, tecnicamente está inferior ao que  
270 pode ser oferecido na medicina privada. Que em SC parece pior que em outros estados.

271

272 **REVISTA – 3º NÚMERO DA REVISTA SAÚDE DA FAMÍLIA DA SES**

273 A Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação da SES Maria Teresa Locks, em relação à  
274 distribuição da Revista Saúde da Família, informa que os municípios podem solicitar mais  
275 exemplares na Gerência de Atenção Básica da SES, principalmente aqueles municípios que  
276 estão contemplados na Revista com experiências exitosas.

277

278 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por  
279 mim e pelos Coordenadores.

280

281

**Florianópolis, 20 de agosto de 2010**